PPDP 2020 - EXERCÍCIO MONITORIA 7

Tema: operacionalização dos direitos dos titulares previstos na LGPD

Avalie cada uma das situações à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), indicando os dispositivos legais aplicáveis para a sua fundamentação ou reprovação.

1. Maria da Silva decide formular pedido de acesso a dados pessoais de Prefeito de sua cidade, incluindo a sua remuneração. Maria fundamenta seu pedido a partir da LGPD, mas também argumenta que o acesso a referida informação é relevante para o princípio da transparência na Administração Pública.

2. João utiliza um *smart watch* da Xiaomi que coleta informações de exercícios a partir de seu consentimento. Com o objetivo de avaliar a evolução de seus treinos, João requer acesso a cópia integral de seus dados pessoais. A Xiaomi o informa que o processo somente pode ser realizado mediante o pagamento de taxa de R$10,00, em razão dos altos custos técnicos envolvidos para a operação.

3. Preocupada com o tratamento de seus dados pessoais e ciente da entrada em vigor da LGPD, Juliana requer a diversas instituições a eliminação de seus dados pessoais. Dentre elas, está um hospital no qual Juliana já foi internada. O hospital responde que não é possível, uma vez que está sujeito a obrigação regulatória de retenção de prontuários eletrônicos.

4. Helton é o usuário de aplicativo de transporte particular. Incomodado com as ausência de informações claras, adequadas e ostensivas sobre como seus dados pessoais são tratados pela empresa Carritos (incluindo no aplicativo ou site da empresa), Helton realiza uma reclamação perante o Procon de sua cidade.

5. Em razão da pandemia, o governo decidiu pela não realização de exames de vestibular. No lugar, o governo pediu aos professores que dessem uma previsão de qual nota seus alunos tirariam, caso o exame tivesse sido realizado. Além disso, foi criado um sistema baseado em um algoritmo, que deveria garantir que essas previsões não seriam distorcidas em prol dos alunos — dada a relação próxima entre alunos e professores. Quando os resultados foram divulgados, soube-se que o algoritmo, em alguns casos, manteve a nota dos professores idêntica e, em outros, a abaixou. Além disso, identificou-se padrão para as escolas públicas - onde o algoritmo abaixou mais vezes as notas indicadas por professores. Os alunos pediram explicações sobre o critérios empregados pelo algoritmo e avaliação sobre seus potenciais discriminatórios.

6. Ana recebe diariamente e-mails de uma loja de cadeiras que não conhece e muito menos se recorda de ter consentido com esse tratamento de seus dados. Ao enviar um e-mail opondo-se a essa forma de tratamento de seus dados pessoais e requerendo a eliminação de seus dados, a loja de cadeiras responde que o tratamento de dados pessoais de Ana foi baseado no legítimo interesse e que, portanto, não seria oponível.